



MUNICÍPIO DE ESMERALDA ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL

EDITAL DE PREGÃO NA FORMA ELETRÔNICA Nº 03/2026

Município de Esmeralda - RS

Secretaria Municipal de Trabalho, Renda e Desenvolvimento Social

Edital de Pregão Eletrônico nº 03/2026

Tipo de julgamento: menor preço por item

Modo de disputa: aberto

Processo nº 116/2026

Licitação exclusiva para beneficiários das leis complementares 123/06 e 147/2014.

REGISTRO DE PREÇO PARA FUTURA AQUISIÇÃO DE CESTAS BÁSICAS PARA ATENDIMENTO AS DEMANDAS DA SECRETARIA MUNICIPAL DE TRABALHO, RENDA E DESENVOLVIMENTO SOCIAL.

O PREFEITO MUNICIPAL DE ESMERALDA-RS, no uso de suas atribuições, torna público, para conhecimento dos interessados, a realização de licitação na modalidade pregão, na sua forma eletrônica, do tipo menor preço por item, objetivando o REGISTRO DE PREÇO para futura aquisição de cestas básicas, conforme descrito nesse edital e seus anexos, e nos termos da Lei Federal nº 14.133 de 1º de abril de 2021 e do Decreto Municipal nº 2.239/2025.

A sessão virtual do pregão eletrônico será realizada no seguinte endereço: <https://www.portaldecompraspublicas.com.br/>, no dia 23 de fevereiro de 2026, às 09h, podendo as propostas e os documentos serem enviados até às 08h30min da mesma data, sendo que todas as referências de tempo observam o horário de Brasília.

1. DO OBJETO:

1.1. A presente licitação tem por finalidade o REGISTRO DE PREÇOS para futura aquisição de cestas básicas contendo os itens descritos no Termo de Referência para suprir as necessidades diárias da Secretaria Municipal de Trabalho, Renda e Desenvolvimento Social de Esmeralda/RS, obedecendo o contido no termo de referência. Em caso de discordância existente entre as especificações do objeto da licitação descritas no Portal de Compras Públicas e



MUNICÍPIO DE ESMERALDA ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL

as especificações constantes neste edital, prevalecerão às últimas.

1.2. O presente registro de preços não importa em obrigação de adquirir e contratar as quantidades registradas, podendo o Município, se desejar e mostrar-se viável, realizar licitação específica para aquisição do objeto.

1.2.1. As quantidades/prazo de entrega/execução dos bens/itens que vierem a ser realizados serão definidas na respectiva Nota de Empenho/Contrato (ou instrumento equivalente), que só será emitida dentro do prazo de validade do registro de preço correspondente que será de 12 (doze) meses contados da data de publicação da ata final, podendo ser prorrogado por igual período a critério do órgão gestor.

1.2.2. Havendo aditivo de prazo na ata de registro de preço oriunda do presente processo licitatório, os quantitativos poderão ser renovados.

2. CREDECNIAMENTO E PARTICIPAÇÃO DO CERTAME

2.1. Para participar do certame, o licitante deve providenciar o seu credenciamento, com atribuição de chave e senha, diretamente junto ao provedor do sistema, onde deverá informar-se a respeito do seu funcionamento, regulamento e instruções para a sua correta utilização.

2.2. As instruções para o credenciamento podem ser acessadas no seguinte sítio eletrônico <https://www.portaldecompraspublicas.com.br/>.

2.3. É de responsabilidade do licitante, além de credenciar-se previamente no sistema eletrônico utilizado no certame e de cumprir as regras do presente edital:

2.3.1. Responsabilizar-se formalmente pelas transações efetuadas em seu nome, assumir como firmes e verdadeiras suas propostas e seus lances, inclusive os atos praticados diretamente ou por seu representante, excluída a responsabilidade do provedor do sistema ou do órgão ou entidade promotora da licitação por eventuais danos decorrentes de uso indevido da senha, ainda que por terceiros;

2.3.2. Acompanhar as operações no sistema eletrônico durante o processo licitatório e responsabilizar-se pelo ônus decorrente da perda de negócios diante da inobservância de mensagens emitidas pelo sistema ou de sua desconexão;

2.3.3. Comunicar imediatamente ao provedor do sistema qualquer acontecimento que possa comprometer o sigilo ou a inviabilidade do uso da senha, para imediato bloqueio de acesso;

2.3.4. Utilizar a chave de identificação e a senha de acesso para



MUNICÍPIO DE ESMERALDA

ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL

participar do pregão na forma eletrônica; e

2.3.5. Solicitar o cancelamento da chave de identificação ou da senha de acesso por interesse próprio.

3. ENVIO DAS PROPOSTAS

3.1. As propostas e os documentos de habilitação deverão ser enviados exclusivamente por meio do sistema eletrônico, até a data e horário estabelecidos no preâmbulo deste edital, observando os itens 4 e 5 deste Edital, e poderão ser retirados ou substituídos até a abertura da sessão pública.

3.2. O licitante deverá declarar, em campo próprio do sistema, sendo que a falsidade da declaração sujeitará o licitante às sanções legais:

3.2.1. O cumprimento dos requisitos para a habilitação e a conformidade de sua proposta com as exigências do edital, respondendo o declarante pela veracidade das suas informações, na forma da lei;

3.2.2. Que cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas;

3.2.3. O cumprimento dos requisitos legais para a qualificação como microempresa ou empresa de pequeno porte, micro-empreendedor individual, produtor rural pessoa física, agricultor familiar ou sociedade cooperativa de consumo, se for o caso, estando apto a usufruir do tratamento favorecido estabelecido nos arts. 42 ao 49 da Lei Complementar nº 123 de 14 de dezembro de 2006, como condição para aplicação do disposto neste edital;

3.2.4. Declaração de observância do limite de R\$ 4.800.000,00 na licitação, limitada às microempresas e às empresas de pequeno porte que, no ano-calendário de realização da licitação, ainda não tenham celebrado contratos com a Administração Pública cujos valores somados extrapolarem a receita bruta máxima admitida para fins de enquadramento como empresa de pequeno porte;

3.2.5. Que suas propostas econômicas compreendem a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de entrega das propostas.

3.3. Outros eventuais documentos complementares à proposta e à habilitação, que venham a ser solicitados pelo pregoeiro, deverão ser



MUNICÍPIO DE ESMERALDA

ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL

encaminhados no prazo máximo de 02 (duas) horas.

4. PROPOSTA

4.1. O prazo de validade da proposta será de 60 (sessenta) dias, a contar da data de abertura da sessão do pregão, estabelecida no preâmbulo desse edital.

4.2. Os licitantes deverão registrar suas propostas no sistema eletrônico, observando as diretrizes do Anexo II – Modelo de Proposta Comercial, com a indicação completa do produto ofertado, incluindo marca, modelo, referências e demais dados técnicos, bem como com a indicação dos valores unitários e totais dos itens, englobando a tributação, os custos de entrega e quaisquer outras despesas incidentes para o cumprimento das obrigações assumidas.

4.3. Qualquer elemento que possa identificar o licitante importará na desclassificação da proposta, razão pela qual os licitantes não poderão encaminhar documentos com timbre ou logomarca da empresa, assinatura ou carimbo de sócios ou outra informação que possa levar a sua identificação, até que se encerre a etapa de lances.

5. DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO

5.1. Para fins de habilitação neste pregão, a licitante deverá enviar os dispostos a seguir, observando o procedimento disposto no item 3 deste Edital.

5.2. Como condição prévia ao exame da documentação de habilitação do licitante detentor da proposta classificada em primeiro lugar, o Pregoeiro verificará o eventual descumprimento das condições de participação, especialmente quanto à existência de sanção que impeça a participação no certame ou a futura contratação, mediante a consulta aos seguintes cadastros:

5.2.1. Consulta Consolidada de Pessoa Jurídica do Tribunal de Contas da União (<https://certidores-apf.apps.tcu.gov.br/>).

5.3. HABILITAÇÃO JURÍDICA

5.3.1. cópia do registro comercial, no caso de empresa individual;

5.3.2. cópia do ato constitutivo, estatuto ou contrato social em vigor, devidamente registrado, em se tratando de sociedades comerciais, e, no caso de sociedade por ações, acompanhado de documentos de eleição de seus administradores;

5.3.3. prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica (CNPJ/MF);

5.3.4. cópia do decreto de autorização, em se tratando de empresa ou



MUNICÍPIO DE ESMERALDA ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL

sociedade estrangeira em funcionamento no País, e ato de registro ou autorização para funcionamento expedido pelo órgão competente, quando a atividade assim o exigir.

5.4. HABILITAÇÃO FISCAL, SOCIAL E TRABALHISTA

5.4.1. Comprovante de inscrição no cadastro de contribuintes estadual e/ou municipal, se houver, relativo ao domicílio ou sede do licitante, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual;

5.4.2. prova de regularidade perante a Fazenda federal, estadual e/ou municipal do domicílio ou sede do licitante, ou outra equivalente, na forma da lei;

5.4.3. prova de regularidade relativa à Seguridade Social e ao FGTS, que demonstre cumprimento dos encargos sociais instituídos por lei;

5.4.4. prova de regularidade perante a Justiça do Trabalho;

5.5. HABILITAÇÃO ECONÔMICO-FINANCEIRA:

5.5.1. Certidão Simplificada, emitida pela Junta Comercial do Estado da sede da empresa licitante, que comprove o enquadramento como Microempresa (ME) ou Empresa de Pequeno Porte (EPP), nos termos da Lei Complementar nº 123/2006, válida na data da sessão pública.

5.5.2. certidão negativa de falência expedida pelo distribuidor da sede da pessoa jurídica, em prazo não superior a 60 (sessenta) dias da data designada para a apresentação do documento.

5.6. QUALIFICAÇÃO TÉCNICA:

5.6.1. Comprovação de aptidão no desempenho de atividade pertinente e compatível em características, quantidades e prazos com o objeto da licitação mediante o fornecimento de ao menos 01 (um) Atestado(s) de Capacidade Técnica, fornecidos por pessoa jurídica de direito público ou privado, devendo permitir a obtenção das seguintes informações:

5.6.1.1. indicação do CNPJ e razão social;

5.6.1.2. informação do local e da data de expedição do atestado;

5.6.1.3. preferencialmente impresso em papel timbrado da pessoa jurídica que o emitiu, com a descrição do nome completo, do cargo, da função e conter a assinatura legível do responsável e, adicionalmente, conter dados sobre contatos de telefone e e-mail do responsável pela emissão do atestado.

5.7. DECLARAÇÃO DA PROPONENTE DE QUE:

5.8. As declarações deverão ser prestadas via plataforma do



MUNICÍPIO DE ESMERALDA ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL

<https://www.portaldecompraspublicas.com.br> em campo próprio, não sendo necessária sua apresentação junto a Habilitação.

5.9. Para as empresas cadastradas no Município, a documentação poderá ser substituída pelo seu Certificado de Registro de Fornecedor, desde que seu objetivo social comporte o objeto licitado e o registro cadastral esteja no prazo de validade.

5.10. A substituição referida no item 5.6 somente terá eficácia em relação aos documentos que tenham sido efetivamente apresentados para o cadastro e desde que estejam atualizados na data da sessão, constante no preâmbulo.

5.11. Caso algum dos documentos obrigatórios, exigidos para cadastro, esteja com o prazo de validade expirado, o licitante deverá regularizá-lo no órgão emitente do cadastro ou anexá-lo, como complemento ao certificado apresentado, sob pena de inabilitação.

5.12. Após a entrega dos documentos para habilitação, não será permitida a substituição ou a apresentação de novos documentos, salvo em sede de diligência, para:

5.12.1. complementação de informações acerca dos documentos já apresentados pelos licitantes e desde que necessária para apurar fatos existentes à época da abertura do certame;

5.12.2. atualização de documentos cuja validade tenha expirado após a data de recebimento das propostas.

5.13. Na análise dos documentos de habilitação, a comissão de licitação poderá sanar erros ou falhas que não alterem a substância dos documentos e sua validade jurídica, mediante despacho fundamentado registrado e acessível a todos, atribuindo-lhes eficácia para fins de habilitação e classificação.

6. VEDAÇÕES

6.1. Não poderão disputar licitação ou participar da execução de contrato, direta ou indiretamente:

6.1.1. pessoa física ou jurídica que se encontre, ao tempo da licitação, impossibilitada de participar da licitação em decorrência de sanção que lhe foi imposta;

6.1.2. aquele que mantenha vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que desempenhe função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por



MUNICÍPIO DE ESMERALDA ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL

afinidade, até o terceiro grau;

6.1.3. empresas controladoras, controladas ou coligadas, nos termos da [Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976](#), concorrendo entre si;

6.1.4. pessoa física ou jurídica que, nos 5 (cinco) anos anteriores à divulgação do edital, tenha sido condenada judicialmente, com trânsito em julgado, por exploração de trabalho infantil, por submissão de trabalhadores a condições análogas às de escravo ou por contratação de adolescentes nos casos vedados pela legislação trabalhista;

6.1.5. agente público do órgão licitante, devendo ser observadas as situações que possam configurar conflito de interesses no exercício ou após o exercício do cargo ou emprego, nos termos da legislação que disciplina a matéria.

6.2. O impedimento de que trata o item 6.1.1. será também aplicado ao licitante que atue em substituição a outra pessoa, física ou jurídica, com o intuito de burlar a efetividade da sanção a ela aplicada, inclusive a sua controladora, controlada ou coligada, desde que devidamente comprovado o ilícito ou a utilização fraudulenta da personalidade jurídica do licitante.

6.3. Durante a vigência do contrato, é vedado ao contratado contratar cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau, de dirigente do órgão contratante ou de agente público que desempenhe função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato.

7. ABERTURA DA SESSÃO PÚBLICA

7.1. No dia e hora indicados no preâmbulo, o pregoeiro abrirá a sessão pública, mediante a utilização de sua chave e senha.

7.2. O licitante poderá participar da sessão pública na internet, mediante a utilização de sua chave de acesso e senha, e deverá acompanhar o andamento do certame e as operações realizadas no sistema eletrônico durante toda a sessão pública do pregão, ficando responsável pela perda de negócios diante da inobservância de mensagens emitidas pelo sistema ou de sua desconexão, conforme item 2.3.2 deste Edital.

7.3. A comunicação entre o pregoeiro e os licitantes ocorrerá mediante troca de mensagens em campo próprio do sistema eletrônico.

7.4. Iniciada a sessão, as propostas de preços contendo a descrição do objeto e do valor estarão disponíveis na *internet*.



MUNICÍPIO DE ESMERALDA

ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL

8. CLASSIFICAÇÃO INICIAL DAS PROPOSTAS E FORMULAÇÃO DE LANCES

8.1. O pregoeiro verificará as propostas apresentadas e desclassificará fundamentadamente aquelas que não estejam em conformidade com os requisitos estabelecidos no edital.

8.2. Serão desclassificadas as propostas que:

8.2.1. contiverem vícios insanáveis;

8.2.2. não obedecerem às especificações técnicas pormenorizadas no edital;

8.2.3. apresentarem preços inexequíveis ou permanecerem acima do orçamento estimado para a contratação;

8.2.4. não tiverem sua exequibilidade demonstrada, quando exigido pela Administração;

8.2.5. apresentarem desconformidade com quaisquer outras exigências do edital, desde que insanável.

8.3. A verificação da conformidade das propostas poderá ser feita exclusivamente em relação à proposta mais bem classificada.

8.4. Quaisquer inserções na proposta que visem modificar, extinguir ou criar direitos, sem previsão no edital, serão tidas como inexistentes, aproveitando-se a proposta no que não for conflitante com o instrumento convocatório.

8.5. As propostas classificadas serão ordenadas pelo sistema e o pregoeiro dará início à fase competitiva, oportunidade em que os licitantes poderão encaminhar lances exclusivamente por meio do sistema eletrônico.

8.6. Somente poderão participar da fase competitiva os autores das propostas classificadas.

8.7. Os licitantes poderão oferecer lances sucessivos e serão informados, em tempo real, do valor do menor lance registrado, vedada a identificação do seu autor, observando o horário fixado para duração da etapa competitiva, e as seguintes regras:

8.7.1. O licitante será imediatamente informado do recebimento do lance e do valor consignado no registro.

8.7.2. O licitante somente poderá oferecer valor inferior ao último lance por ele ofertado e registrado pelo sistema.

8.7.3. Não serão aceitos dois ou mais lances iguais e prevalecerá aquele que for recebido e registrado primeiro.

8.7.4. O intervalo mínimo de diferença de percentual entre os lances



MUNICÍPIO DE ESMERALDA

ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL

será de 1% (um por cento), que incidirá tanto em relação aos lances intermediários, quanto em relação do lance que cobrir a melhor oferta.

8.7.4.1. Serão considerados intermediários os lances iguais ou superiores ao menor já ofertado;

8.7.4.2. Após a definição da melhor proposta, se a diferença em relação à proposta classificada em segundo lugar for de pelo menos 5% (cinco por cento), a Administração poderá admitir o reinício da disputa aberta, para a definição das demais colocações.

8.8. A Administração poderá realizar diligências para aferir a exequibilidade das propostas ou exigir dos licitantes que ela seja demonstrada

9. MODO DE DISPUTA

9.1. Será adotado o modo de disputa aberto, em que os licitantes apresentarão lances públicos e sucessivos, observando as regras constantes no item 8.

9.2. A etapa competitiva, de envio de lances na sessão pública, durará 10 (dez) minutos e, após isso, será prorrogada automaticamente pelo sistema quando houver lance ofertado nos últimos dois minutos do período de duração da sessão pública.

9.3. A prorrogação automática da etapa de envio de lances será de dois minutos e ocorrerá sucessivamente sempre que houver lances enviados nesse período de prorrogação, inclusive quando se tratar de lances intermediários.

9.4. Na hipótese de não haver novos lances, a sessão pública será encerrada automaticamente.

9.5. Encerrada a sessão pública sem prorrogação automática pelo sistema, o pregoeiro poderá, assessorado pela equipe de apoio, admitir o reinício da etapa de envio de lances, em prol da consecução do melhor preço, mediante justificativa.

9.6. Na hipótese de o sistema eletrônico desconectar para o pregoeiro no decorrer da etapa de envio de lances da sessão pública e permanecer acessível aos licitantes, os lances continuarão sendo recebidos, sem prejuízo dos atos realizados.

9.7. Quando a desconexão do sistema eletrônico para o pregoeiro persistir por tempo superior a 10 (dez) minutos, a sessão pública será suspensa e reiniciada somente decorridas 24 (vinte e quatro horas) após a comunicação do fato aos participantes, no sítio eletrônico <https://www.esmeralda.rs.gov.br/>.



MUNICÍPIO DE ESMERALDA

ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL

10. CRITÉRIOS DE DESEMPATE

10.1. Encerrada etapa de envio de lances, será apurada a ocorrência de empate, nos termos dos artigos 44 e 45 da Lei Complementar nº 123/2006, sendo assegurada, como critério do desempate, preferência de contratação para as beneficiárias que tiverem apresentado as declarações de que tratam os itens 3.2.3 e 3.2.4 deste Edital.

10.1.1. Entende-se como empate, para fins da Lei Complementar nº 123/2006, aquelas situações em que as propostas apresentadas pelas beneficiárias sejam iguais ou superiores em até 5% (cinco por cento) à proposta de menor valor.

10.2. Ocorrendo o empate, na forma do subitem anterior, proceder-se-á da seguinte forma:

10.2.1. A beneficiária detentora da proposta de menor valor será convocada via sistema para apresentar, no prazo de 5 (cinco) minutos, nova proposta, inferior àquela considerada, até então, de menor preço, situação em que será declarada vencedora do certame.

10.3. Se a beneficiária, convocada na forma da alínea anterior, não apresentar nova proposta, inferior à de menor preço, será facultada, pela ordem de classificação, às demais microempresas, empresas de pequeno porte ou cooperativas remanescentes, que se enquadrem na hipótese do item 10.1. deste edital, a apresentação de nova proposta, no prazo previsto na alínea a deste item.

10.4. O disposto no item 10.1.1. não se aplica às hipóteses em que a proposta de menor valor inicial tiver sido apresentado por beneficiária da Lei Complementar nº 123/2006.

10.5. Se não houver licitante que atenda ao item 10.1 e seus subitens, serão utilizados os seguintes critérios de desempate, nesta ordem:

10.5.1. disputa final, hipótese em que os licitantes empatados poderão apresentar nova proposta em ato contínuo à classificação;

10.5.2. avaliação do desempenho contratual prévio dos licitantes, para a qual serão ser utilizados registros cadastrais para efeito de atesto de cumprimento de obrigações decorrentes de outras contratações;

10.5.3. desenvolvimento pelo licitante de programa de integridade, conforme orientações dos órgãos de controle.

10.6. Em igualdade de condições, se não houver desempate, será assegurada preferência, sucessivamente, aos bens e serviços produzidos ou prestados por:

10.6.1. empresas estabelecidas no território do Estado do Rio Grande do



MUNICÍPIO DE ESMERALDA ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL

Sul;

10.6.2. empresas brasileiras;

10.6.3. empresas que invistam em pesquisa e no desenvolvimento de tecnologia no País;

10.6.4. empresas que comprovem a prática de mitigação, nos termos da Lei nº 12.187, de 29 de dezembro de 2009.

11. NEGOCIAÇÃO E JULGAMENTO

11.1. Encerrada a etapa de envio de lances da sessão pública, inclusive com a realização do desempate, se for o caso, o pregoeiro deverá encaminhar, pelo sistema eletrônico, contraproposta ao licitante que tenha apresentado o melhor preço, para que seja obtida melhor proposta.

11.2. A resposta à contraproposta e o envio de documentos complementares, necessários ao julgamento da aceitabilidade da proposta, inclusive a sua adequação ao último lance ofertado, que sejam solicitados pelo pregoeiro, deverão ser encaminhados no prazo fixado no item 3.3 deste Edital.

11.3. Encerrada a etapa de negociação, será examinada a proposta classificada em primeiro lugar quanto à adequação ao objeto e à compatibilidade do preço em relação valor de referência da Administração.

11.4. Não serão consideradas, para julgamento das propostas, vantagens não previstas no edital.

12. VERIFICAÇÃO DA HABILITAÇÃO

12.1. Os documentos de habilitação, de que tratam os itens 5.3., 5.4., 5.5., e 5.6, enviados nos termos do item 3.1, todos deste edital, serão examinados pelo pregoeiro, que verificará a autenticidade das certidões junto aos sítios eletrônicos oficiais de órgãos e entidades emissoras.

12.2. As certidões apresentadas na habilitação, que tenham sido expedidas em meio eletrônico, serão tidas como originais após terem a autenticidade de seus dados e certificação digital conferidos pela Administração, dispensando nova apresentação, exceto se vencido o prazo de validade.

12.3. A prova de autenticidade de cópia de documento público ou particular poderá ser feita perante agente da Administração, mediante apresentação de original ou de declaração de autenticidade por advogado, sob sua responsabilidade pessoal.

12.4. A beneficiária da Lei Complementar nº 123/2006, que tenha apresentado



MUNICÍPIO DE ESMERALDA

ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL

a declaração exigida no item 3.2.3 e 3.2.4 deste Edital e que possua alguma restrição na comprovação de regularidade fiscal e/ou trabalhista, terá sua habilitação condicionada ao envio de nova documentação, que comprove a sua regularidade, em 5 (cinco) dias úteis, prazo que poderá ser prorrogado uma única vez, por igual período, a critério da Administração, desde que seja requerido pelo interessado, de forma motivada e durante o transcurso do respectivo prazo.

12.5. Na hipótese de a proposta vencedora não for aceitável ou o licitante não atender às exigências para habilitação, o pregoeiro examinará a proposta subsequente e assim sucessivamente, na ordem de classificação, até a apuração de uma proposta que atenda ao edital.

12.6. Constatado o atendimento às exigências estabelecidas no Edital, o licitante será declarado vencedor, oportunizando a manifestação da intenção de recurso.

13. RECURSO

13.1. Caberá recurso, no prazo de 3 (três) dias úteis, contado da data de intimação ou de lavratura da ata, em face de:

13.1.1. ato que defira ou indefira pedido de pré-qualificação de interessado ou de inscrição em registro cadastral, sua alteração ou cancelamento;

13.1.2. julgamento das propostas;

13.1.3. ato de habilitação ou inabilitação de licitante;

13.1.4. anulação ou revogação da licitação.

13.2. O prazo para apresentação de contrarrazões será o mesmo do recurso e terá início na data de intimação pessoal ou de divulgação da interposição do recurso.

13.3. Quanto ao recurso apresentado em virtude do disposto nos itens 13.1.2. e 13.1.3. do presente Edital, serão observadas as seguintes disposições:

13.3.1. a intenção de recorrer deverá ser manifestada imediatamente, sob pena de preclusão, e o prazo para apresentação das razões recursais será iniciado na data de intimação ou de lavratura da ata de habilitação ou inabilitação;

13.3.2. a apreciação dar-se-á em fase única.

13.4. O recurso será dirigido à autoridade que tiver editado o ato ou proferido a decisão recorrida, que, se não reconsiderar o ato ou a decisão



MUNICÍPIO DE ESMERALDA

ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL

no prazo de 3 (três) dias úteis, encaminhará o recurso com a sua motivação à autoridade superior, a qual deverá proferir sua decisão no prazo máximo de 10 (dez) dias úteis, contado do recebimento dos autos.

13.5. O acolhimento do recurso implicará invalidação apenas de ato insuscetível de aproveitamento.

13.6. O recurso interposto dará efeito suspensivo ao ato ou à decisão recorrida, até que sobrevenha decisão final da autoridade competente.

14. ENCERRAMENTO DA LICITAÇÃO

14.1. Encerradas as fases de julgamento e habilitação, e exauridos os recursos administrativos, o processo licitatório será encaminhado à autoridade superior, que poderá:

14.1.1. determinar o retorno dos autos para saneamento de irregularidades;

14.1.2. revogar a licitação por motivo de conveniência e oportunidade;

14.1.3. proceder à anulação da licitação, de ofício ou mediante provocação de terceiros, sempre que presente ilegalidade insanável;

14.1.4. adjudicar o objeto e homologar a licitação.

15. CONDIÇÕES DE CONTRATAÇÃO

15.1. O licitante vencedor será convocado para assinar a Ata de Registro de Preços ou para aceitar ou retirar o instrumento equivalente, dentro do prazo de 05 (cinco) dias, sob pena de decair o direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas neste Edital.

15.2. O prazo de convocação poderá ser prorrogado 1 (uma) vez, por igual período, mediante solicitação da parte, durante seu transcurso, devidamente justificada, e desde que o motivo apresentado seja aceito pela Administração.

15.3. Será facultado à Administração, quando o convocado não assinar o termo de contrato ou não aceitar ou não retirar o instrumento equivalente no prazo e nas condições estabelecidas neste Edital, convocar os licitantes remanescentes, na ordem de classificação, para a celebração da Ata de Registro de Preços nas condições propostas pelo licitante vencedor.

15.4. Decorrido o prazo de validade da proposta indicado no item 4.1 deste Edital, sem convocação para a contratação, ficarão os licitantes liberados dos compromissos assumidos.

15.5. Na hipótese de nenhum dos licitantes aceitar a contratação, nos termos



MUNICÍPIO DE ESMERALDA ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL

do 15.3 deste Edital, a Administração, observados o valor estimado e sua eventual atualização nos termos do edital, poderá:

- 15.5.1.** convocar os licitantes remanescentes para negociação, na ordem de classificação, com vistas à obtenção de preço melhor, mesmo que acima do preço do adjudicatário;
- 15.5.2.** adjudicar e celebrar o contrato nas condições ofertadas pelos licitantes remanescentes, atendida a ordem classificatória, quando frustrada a negociação de melhor condição.
- 15.6.** A recusa injustificada do adjudicatário em assinar o contrato ou em aceitar ou retirar o instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração caracterizará o descumprimento total da obrigação assumida e o sujeitará às penalidades legalmente estabelecidas, previstas neste edital, e à imediata perda da garantia de proposta em favor do órgão licitante.

16. VIGÊNCIA DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

16.1. A vigência da Ata de Registro de Preços será de 12 (doze) meses podendo ser prorrogado por igual período nos termos do Art. 84 da Lei 14.133/2021.

16.1.1. A vigência da Ata de Registro de preços poderá ser prorrogada por igual período (12 meses), a critério da Administração Pública, podendo haver a renovação dos quantitativos originais.

17. PRAZOS E CONDIÇÕES DE PAGAMENTO

17.1. O pagamento será efetuado contra empenho, após o recebimento do objeto, e mediante apresentação da Nota Fiscal/Fatura.

17.2. A nota fiscal/fatura emitida pelo fornecedor deverá conter, em local de fácil visualização, a indicação do número do processo, número do pregão eletrônico e da ordem de fornecimento, a fim de se acelerar o trâmite de recebimento do material e posterior liberação do documento fiscal para pagamento.

17.3. O pagamento será efetuado no prazo de máximo de 30 (trinta) dias da entrega total do(s) produto(s).

17.4. Ocorrendo atraso no pagamento, os valores serão corrigidos monetariamente pelo IGPM/FGV do período, ou outro índice que vier a substituí-lo, e a Administração compensará a contratada com juros de 0,5% ao mês, *pro rata*.



MUNICÍPIO DE ESMERALDA ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL

18. RECEBIMENTO DO OBJETO

18.1. O prazo de entrega de todos os produtos será semanal, tanto para produtos perecíveis quanto para os não perecíveis, tendo como dia preferencial para entrega a Segunda-Feira.

18.1.1. Os horários para as entregas dos produtos estão definidos no item 3, e seus subitens, do Termo de Referência (anexo I do presente edital).

18.2. Os pedidos referentes aos itens serão passados todas as quintas-feiras até o horário máximo das 17h, via e-mail com confirmação de recebimento, caso não haja essa resposta no prazo máximo de 1h, o e-mail contará como entregue e recebido, abrindo-se a partir daí o prazo para entrega do material solicitado. A ordem de compra emitida pelo setor de Nutrição da Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Desporto, ou pela diretoria da escola requisitante poderá ainda ser entregue presencialmente no estabelecimento do fornecedor, devendo, entretanto, o responsável pelo recebimento da autorização dar ciência através de assinatura com data e horário da aceitação da referida ordem de compra.

18.3. Verificada a desconformidade de algum dos produtos, a licitante vencedora deverá promover as correções necessárias no prazo máximo de 05 (cinco) dias, sujeitando-se às penalidades previstas neste edital.

18.4. O material a ser entregue deverá ser adequadamente acondicionado, de forma a permitir a completa preservação do mesmo e sua segurança durante o transporte.

18.5. A nota fiscal/fatura deverá ser entregue e posteriormente assinada pela fiscal desse contrato, qual seja a Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Desporto, a senhora Cibele Mondadori Kramer.

19. SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

19.1. O licitante ou o contratado será responsabilizado administrativamente pelas seguintes infrações:

19.1.1. dar causa à inexecução parcial do contrato;

19.1.2. dar causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração, ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;

19.1.3. dar causa à inexecução total do contrato;



MUNICÍPIO DE ESMERALDA ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL

- 19.1.4.** deixar de entregar a documentação exigida para o certame;
- 19.1.5.** não manter a proposta, salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado;
- 19.1.6.** não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;
- 19.1.7.** ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da licitação sem motivo justificado;
- 19.1.8.** apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a licitação ou a execução do contrato;
- 19.1.9.** fraudar a licitação ou praticar ato fraudulento na execução do contrato;
- 19.1.10.**comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;
- 19.1.11.**praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação;
- 19.1.12.**praticar ato lesivo previsto no [art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.](#)

19.2. Serão aplicadas ao responsável pelas infrações administrativas previstas no item 19.1 deste edital as seguintes sanções:

- 19.2.1.** advertência;
 - 19.2.2.** multa de no mínimo 0,5% (cinco décimos por cento) e máximo de 30% (trinta por cento) do valor do objeto licitado ou contratado;
 - 19.2.3.** impedimento de licitar e contratar, no âmbito da Administração Pública direta e indireta do órgão licitante, pelo prazo máximo de 3 (três) anos;
 - 19.2.4.** declaração de inidoneidade para licitar ou contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta de todos os entes federativos, pelo prazo mínimo de 3 (três) anos e máximo de 6 (seis) anos.
- 19.3.** As sanções previstas nas alíneas “a”, “c” e “d” do item 20.2. do presente Edital poderão ser aplicadas cumulativamente com a prevista na alínea “b” do mesmo item. A aplicação de multa de mora não impedirá que a Administração a converta em compensatória e promova a extinção unilateral do contrato com a aplicação cumulada de outras sanções, conforme previsto no item 19.2 do presente Edital.
- 19.4.** Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao



MUNICÍPIO DE ESMERALDA ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL

valor de pagamento eventualmente devido pela Administração ao contratado, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada ou será cobrada judicialmente.

19.5. A aplicação das sanções previstas no item 19.2. deste Edital não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado à Administração Pública.

19.6. Na aplicação da sanção prevista no item 19.2.2 do presente edital, será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação.

19.7. Para aplicação das sanções previstas nos itens 19.2.3. e 19.2.4. as do presente Edital o licitante ou o contratado será intimado para, no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de intimação, apresentar defesa escrita e especificar as provas que pretenda produzir.

19.8. Na hipótese de deferimento de pedido de produção de novas provas ou de juntada de provas julgadas indispensáveis pela comissão, o licitante ou o contratado poderá apresentar alegações finais no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data da intimação.

19.9. Serão indeferidas pela comissão, mediante decisão fundamentada, provas ilícitas, impertinentes, desnecessárias, protelatórias ou intempestivas.

19.10. A personalidade jurídica poderá ser desconsiderada sempre que utilizada com abuso do direito para facilitar, encobrir ou dissimular a prática dos atos ilícitos previstos nesta Lei ou para provocar confusão patrimonial, e, nesse caso, todos os efeitos das sanções aplicadas à pessoa jurídica serão estendidos aos seus administradores e sócios com poderes de administração, a pessoa jurídica sucessora ou a empresa do mesmo ramo com relação de coligação ou controle, de fato ou de direito, com o sancionado, observados, em todos os casos, o contraditório, a ampla defesa e a obrigatoriedade de análise jurídica prévia.

19.11. É admitida a reabilitação do licitante ou contratado perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, exigidos, cumulativamente:

19.11.1. reparação integral do dano causado à Administração Pública;

19.11.2. pagamento da multa;

19.11.3. transcurso do prazo mínimo de 1 (um) ano da aplicação da penalidade, no caso de impedimento de licitar e contratar, ou de 3 (três) anos da aplicação da penalidade, no caso de declaração de inidoneidade;

19.11.4. cumprimento das condições de reabilitação definidas no ato punitivo;



MUNICÍPIO DE ESMERALDA ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL

19.11.5. análise jurídica prévia, com posicionamento conclusivo quanto ao cumprimento dos requisitos definidos neste artigo.

19.12. A sanção pelas infrações previstas nos itens 19.1.8. e 19.1.12. do presente Edital exigirá, como condição de reabilitação do licitante ou contratado, a implantação ou aperfeiçoamento de programa de integridade pelo responsável.

20. PEDIOS DE ECLARECIMENTOS E IMPUGNAÇÕES

20.1. Os pedidos de esclarecimentos referentes ao processo licitatório e os pedidos de impugnações poderão ser enviados ao pregoeiro, até três dias úteis anteriores à data fixada para abertura da sessão pública, por meio do seguinte endereço eletrônico: <https://www.portaldecompraspublicas.com.br/>.

20.2. As respostas aos pedidos de esclarecimentos e às impugnações serão divulgadas no seguinte sítio eletrônico da Administração <https://www.portaldecompraspublicas.com.br/>.

21. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

21.1. A proponente que vier a ser contratada ficará obrigada a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários, por conveniência da Administração, dentro do limite permitido pelo artigo 125 da Lei nº 14.133/2021, sobre o valor inicial atualizado do contratado.

21.2. Após a apresentação da proposta, não caberá desistência, salvo por motivo justo decorrente de fato superveniente e aceito pelo pregoeiro.

21.3. A Administração tem a prerrogativa de fiscalizar o cumprimento satisfatório do objeto da presente licitação, por meio de agente designado para tal função, conforme o disposto na Lei nº 14.133/2021.

21.4. Fica eleito o Foro da Comarca de Vacaria-RS para dirimir quaisquer litígios oriundos da licitação e do contrato dela decorrente, com expressa renúncia a outro qualquer, por mais privilegiado que seja.

Esmeralda/RS, 04 de fevereiro de 2026

Ailton de Sá Rosa

Prefeito Municipal de Esmeralda/RS



MUNICÍPIO DE ESMERALDA ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL

ANEXO I - TERMO DE REFERÊNCIA

1. OBJETO / JUSTIFICATIVA:

1.1. A presente licitação tem por finalidade o REGISTRO DE PREÇO para futura aquisição de cestas básicas, destinadas ao atendimento de famílias em situação de vulnerabilidade social, como benefício eventual, conforme previsto na Lei Municipal nº 1.904/2013.

1.2. A cesta básica é uma das formas mais eficazes de prover a segurança alimentar e nutricional temporária a famílias com ausência de renda suficiente para garantir o sustento básico. O benefício visa minimizar os efeitos da vulnerabilidade temporária ou situações emergenciais, tais como desemprego, doença, calamidade, entre outras. A entrega do benefício é condicionada à avaliação técnica dos assistentes sociais, conforme critérios estabelecidos no Plano Municipal de Assistência Social.

1.3. Em caso de divergência existente entre as especificações dos itens que compõem o objeto descrito no site do www.portaldecompraspublicas.com.br/ e as especificações constantes deste termo, prevalecerão às últimas.

2. REFERÊNCIA DOS ITENS LICITADOS

2.1. Segue, abaixo, quadro com a lista detalhada dos insumos alimentícios que devem compor as cestas básicas, vejamos:

Quadro 1 – Detalhamento do item

ITEM	DESCRIÇÃO	UNIDADE	QUANTIDADE	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL
1	Cesta básica contendo os itens mínimos descritos no quadro 2 do Termo de Referência.	Unidade	150	R\$ 390,31	R\$ 58.546,50

Quadro 2 – Itens que compõe a cesta básica

Item	Discriminação do Produto	Un.	Qtde	Valor unit.	Valor total
01	Arroz tipo 1 – pacote 1 kg. Arroz beneficiado Tipo 1, classe longo fino (ou equivalente), polido, próprio para consumo humano, conforme padrão oficial de classificação e qualidade do MAPA. Características mínimas: grãos uniformes, com baixo teor de quebrados, sem odor rancoso, sem umidade excessiva, isento de impurezas e matérias estranhas. Embalagem/rotulagem: pacote plástico apropriado para alimento, lacrado, com identificação completa e lote.	kg	5	R\$ 21,49	R\$ 107,45
02	Feijão – pacote 1 kg. Feijão para consumo humano, Tipo 1, classe/cor conforme demanda do órgão (ex.: carioca, preto etc.), dentro do padrão oficial de identidade e qualidade do MAPA. Características mínimas: grãos íntegros e uniformes; isento de mofo, fermentação, umidade anormal; livre de insetos e impurezas; sem cheiro estranho. Embalagem/rotulagem: embalagem apropriada para alimento, lacrada, com identificação, classe/cor, lote, validade e fabricante.	kg	3	R\$ 8,05	R\$ 24,15



MUNICÍPIO DE ESMERALDA

ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL

03	Leite em pó – mínimo 400 g. Leite em pó integral instantâneo, próprio para consumo humano, com preparação instantânea. Ingredientes típicos admitidos: leite integral em pó, podendo conter emulsificante/estabilizante lecitina de soja (quando utilizado para instantaneidade). Características mínimas: pó solto, cor/odor característicos, sem grumos por umidade, sem matéria estranha. Embalagem/rotulagem: embalagem metalizada/plástica de barreira, lacrada, com lote/validade e alergênicos (ex.: “contém leite” e, se houver, soja).	Unidade	3	R\$ 19,98	R\$ 59,94
04	Azeite – frasco de 250ml. Azeite de oliva para consumo humano, preferencialmente extravirgem, 100% azeite de oliva, sem mistura com outros óleos vegetais; acidez conforme padrão do produto (quando extravirgem, usualmente ≤ 0,8%). Ingredientes: azeite de oliva (100%). Embalagem/rotulagem: frasco original (vidro ou PET alimentício), lacrado, com origem/importador quando aplicável, lote e validade.	Litro	2	R\$ 10,64	R\$ 21,28
05	Café extraforte – pacote 500 g. Café torrado e moído, classificação extraforte, embalagem preferencialmente a vácuo, próprio para consumo humano, com padrão de qualidade e aroma característicos. Características mínimas: pó uniforme, sem umidade, sem adulterações, com torra/moagem compatíveis com “extraforte”. Embalagem/rotulagem: pacote laminado, lacrado (vácuo quando previsto), com lote, validade e fabricante.	Unidade	1	R\$ 35,66	R\$ 35,66
06	Açúcar – pacote 5 kg. Açúcar refinado branco ou cristal, para consumo humano. Características mínimas: produto seco, solto, sem umidade, sem impedimento anormal, sem sujidades. Embalagem/rotulagem: embalagem resistente, lacrada, com identificação completa.	Unidade	1	R\$ 24,31	R\$ 24,31
07	Farinha de trigo especial – pacote 5 kg. Farinha de trigo especial, para panificação/uso geral, obtida de trigo moído, enriquecida com ferro e ácido fólico quando assim exigir o padrão vigente de comercialização no Brasil. Ingredientes: farinha de trigo (e micronutrientes quando aplicável). Características mínimas: cor/odor característicos, sem umidade, sem pragas, sem mofo. Embalagem/rotulagem: saco/pacote lacrado, com lote e validade, contendo indicação de alergênicos (glúten).	Unidade	1	R\$ 23,30	R\$ 23,30
08	Farinha de milho. Farinha de milho para consumo humano (tipo biju/fubá/farinha flocada — definir no edital para evitar entrega de item diverso). Ingredientes: milho (100%); Características mínimas: sem umidade, sem ranço, sem sujidades/pragas. Embalagem/rotulagem: pacote lacrado, com identificação/lote/validade.	KG	1	R\$ 6,58	R\$ 6,58
09	Margarina – pote 500 g. Margarina cremosa com sal, para uso alimentício, teor de lipídios conforme padrão comercial (ex.: “cremosa”), com composição típica de óleos/gorduras vegetais, água e sal, podendo conter derivados de leite, emulsificantes e conservadores permitidos. Ingredientes (típicos): óleos/gorduras vegetais (interesterificados/hidrogenados conforme marca), água, sal, emulsificantes (ex.: lecitina de soja), estabilizantes, conservadores permitidos, vitaminas quando adicionadas. Embalagem/rotulagem: pote com tampa, lacre de segurança, refrigerado quando aplicável, com lote e validade.	Unidade	1	R\$ 11,31	R\$ 11,31
10	Sal – pacote 500 g. Sal refinado iodado (preferencial), próprio para consumo humano. Ingredientes: cloreto de sódio (sal) e iodo (quando iodado). Características mínimas: produto seco, solto, sem umidade/impurezas. Embalagem/rotulagem: pacote lacrado, com identificação e validade.	Unidade	1	R\$ 3,93	R\$ 3,93
11	Massa com ovos – pacote 500 g. Massa alimentícia com ovos (tipo espaguete/parafuso/pene — definir no edital), seca, para consumo humano. Ingredientes (mínimos/típicos): farinha de trigo enriquecida	Unidade	2	R\$ 4,21	R\$ 8,42



MUNICÍPIO DE ESMERALDA

ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL

	(quando aplicável), ovos (ou ovo em pó), água, podendo conter corante natural (ex.: urucum) conforme marca; com indicação de alergênicos (glúten e ovos). Características mínimas: íntegra, sem quebradiço excessivo, sem umidade, sem insetos. Embalagem/rotulagem: pacote lacrado, com lote/validade e modo de conservação.				
12	Achocolatado – pacote 400 g. Achocolatado em pó, instantâneo ou não, para preparo de bebida, com composição típica à base de açúcar e cacau em pó, podendo conter malto dextrina/amido, sal, vitaminas/minerais e emulsificante (ex.: lecitina de soja), conforme padrão comercial. Ingredientes (típicos): açúcar, cacau em pó, malto dextrina (ou amido), sal; podendo conter vitaminas/minerais; emulsificante lecitina de soja; aromatizantes permitidos. Embalagem/rotulagem: sachê/pacote lacrado, com lote/validade e alergênicos.	Unidade	1	R\$ 11,81	R\$ 11,81
13	Papel higiênico branco – pacote com 4 rolos. Papel higiênico branco, rolo, folha dupla, produzido com 100% celulose, macio e resistente. Parâmetro comercial comum: rolos com 30 m e largura aproximada 10 cm. Características mínimas: sem cheiro forte, sem aspereza excessiva, bobinamento regular. Embalagem/rotulagem: pacote plástico lacrado, com identificação do fabricante, metragem e quantidade.	Unidades	1	R\$ 7,71	R\$ 7,71
14	Bolachas – pacote 400g. Biscoito/bolacha para consumo humano, tipo definido (maisena, cream cracker ou água e sal). Ingredientes (típicos – variam conforme tipo): farinha de trigo enriquecida, açúcar (nos doces), gordura vegetal, amido, sal, fermentos químicos; aromatizantes permitidos; com declaração de alergênicos (glúten e possíveis traços). Características mínimas: crocância e integridade, sem ranço, sem umidade, sem mofo, sem embalagem violada. Embalagem/rotulagem: pacote lacrado, com lote e validade.	Unidades	2	R\$ 7,78	R\$ 15,56
15	Sabão em barra – Barra de 200g. Sabão em barra para limpeza geral (lavagem de roupas/utensílios), com boa consistência, rendimento e poder de limpeza, sem rachaduras e sem odor excessivo. Composição (típica): sabão à base de óleos/gorduras saponificadas, podendo conter glicerina, sequestrantes e fragrância (conforme marca). Embalagem/rotulagem: unidade ou pacote lacrado, com composição, lote e validade (quando aplicável).	Unidades	2	R\$ 6,15	R\$ 12,30
16	Sabonete – Barra de no mínimo 85g. Sabonete em barra para higiene pessoal, uso diário, fragrância suave, compatível com pele, com registro/regularidade sanitária e rotulagem completa. Ingredientes (típicos): base de sabonete, fragrância, umectantes e componentes cosméticos permitidos, com identificação de alergênicos quando aplicável. Embalagem/rotulagem: embalagem individual lacrada, com lote e validade.	Unidades	2	R\$ 5,98	R\$ 11,96
17	Vinagre – frasco 750 ml. Vinagre de álcool (recomendável padronizar), para consumo humano, acidez conforme padrão comercial (ex.: 4,0%), com composição típica de fermentado acético de álcool e água, podendo conter conservante permitido (INS 224), conforme rotulagem do fabricante. Ingredientes (típicos): fermentado acético de álcool, água e conservante INS 224 (quando utilizado); “não contém glúten” quando aplicável. Embalagem/rotulagem: frasco lacrado (vídeo ou PET alimentício), com lote, validade e acidez indicada.	Unidades	1	R\$ 4,64	R\$ 4,64

2.2. Condições gerais a serem observadas pelo licitante em todos os itens:

2.2.1. Produtos novos, de 1^a qualidade, isentos de sujidades, parasitas, larvas, mofo, umidade anormal e odores estranhos.



MUNICÍPIO DE ESMERALDA ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL

- 2.2.2.** Embalagem original de fábrica, íntegra, devidamente lacrada, com rotulagem em português, contendo: marca, lote, data de fabricação, validade, peso/volume, composição/ingredientes, alergênicos quando aplicável e identificação do fabricante/importador.
- 2.2.3.** Validade mínima na entrega: No mínimo, 6 meses para secos; quando o produto tiver validade menor, aceitar a validade compatível com o padrão do fabricante.

3. PRAZO DE ENTREGA E LOCAL DA ENTREGA DOS PRODUTOS

3.1. O licitante vencedor fica ciente que não haverá limite mínimo de cestas básicas a serem fornecidas por pedido, sendo que a secretaria requisitante poderá realizar pedidos de quantidade pequena, como 1 ou 2 unidades.

3.2. O prazo de entrega da cesta montada será de no máximo 3 dias úteis, a contar do recebimento da Nota de Empenho pelo licitante.

3.3. Os produtos demandados deverão ser entregues diretamente na sede do CRAS – Centro de Referência da Assistência Social de Esmeralda/RS, localizado na Avenida Castelo Branco, n.º 695, no Município de Esmeralda – RS, CEP: 95380-000.

3.4. As entregas deverão ocorrer em horário de expediente dos servidores, qual seja das 08h30min até às 11h30min e das 13h30min até às 17h.

3.5. O material a ser entregue deverá ser adequadamente acondicionado, de forma a permitir a completa preservação do mesmo e sua segurança durante o transporte.

3.6. Entende-se por recebimento o descarregamento, acomodação e instalação dos materiais no local indicado no item 3.3 do presente Termo de Referência.

3.7. Caso fiquem constatadas irregularidades em relação ao objeto, ou mesmo não se enquadre nas exigências mínimas, **resultará na não aceitação do objeto e substituição no prazo de 03 (três) dias.**

3.8. O não cumprimento da obrigação, ocorrerá em penalidade, nos termos da Lei 14.133/2021, e deste edital.

3.9. As condições estabelecidas no edital e seus anexos vinculam as partes, e nos casos em que se encontram presentes os requisitos do Artigo 95 da Lei 14.133/2021, haverá a substituição do contrato.

4. PRAZO DE PAGAMENTO



MUNICÍPIO DE ESMERALDA ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL

4.1. O pagamento será efetuado no prazo de 30 (trinta) dias, contados da data de apresentação dos documentos de cobrança, desde que a totalidade do objeto solicitado tenha sido executada, atestada e aprovada pelo CONTRATANTE.

4.2. O pagamento ocorrerá após o recebimento definitivo dos itens constantes na Nota de Empenho.

4.3. Em caso de entrega parcial, a fiscalização notificará a CONTRATADA, informando o ocorrido, e considerar-se-á como inadimplemento contratual, tendo em vista a não entrega de todos os itens solicitados.

4.4. Havendo erro na apresentação da Nota Fiscal, ou ainda, circunstância que impeça a liquidação da despesa, como, por exemplo, obrigação financeira pendente decorrente de penalidade imposta ou inadimplência, o pagamento ficará sobrestado até que a Contratada providencie as medidas saneadoras. Nesta hipótese, o prazo para pagamento iniciar-se-á após a comprovação da regularização da situação, não acarretando qualquer ônus para a Contratante.

5. FUNDAMENTAÇÃO DA CONTRATAÇÃO

5.1. A presente contratação tem fundamento no termo de formalização de demanda e no estudo técnico preliminar, os quais fazem parte integrante desse processo de contratação.

5.2. O Registro de Preço para a aquisição de cestas básicas devidamente montadas para a Secretaria Municipal de Trabalho, Renda e Desenvolvimento Social têm natureza de bem comum, tendo em vista que seus padrões de desempenho e qualidade podem ser objetivamente definidos pelo edital, por meio de especificações usuais de mercado, nos termos do art. 6º, inciso XIII, da Lei Federal nº 14.133/2021 e Decreto 2.239/2025.

5.3. A solução encontrada para manter o fornecimento das cestas básicas aos beneficiados foi a realização de um processo para firmar ata de registro de preço com fornecedores especializados no fornecimento de insumos alimentícios.

6. ESTIMATIVA DO VALOR DA CONTRATAÇÃO

6.1. O presente processo licitatório para registro de preços na modalidade Pregão na forma Eletrônica do tipo menor preço por lote, teve seus preços de referência estabelecidos por meio de uma pesquisa de mercado realizado diretamente com fornecedores especializados que atuam na região do Município de Esmeralda.



MUNICÍPIO DE ESMERALDA

ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL

6.2. Assim, vislumbra-se que tal valor é compatível com o praticado pelo mercado correspondente, observando-se o disposto no Decreto Municipal nº 2.239/2025.

7. OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

7.1. São obrigações da CONTRATADA:

- 7.1.1.** Realizar o fornecimento observando fielmente as disposições contidas em edital e em contrato, bem como nos termos da sua proposta;
- 7.1.2.** Indicar preposto para ser seu representante durante a execução do presente contrato;
- 7.1.3.** Responsabilizar-se por todos os ônus e tributos, emolumentos, honorários ou despesas incidentes sobre os serviços contratados, bem como por cumprir todas as obrigações trabalhistas, previdenciárias e acidentárias relativas aos funcionários que empregar para a execução dos serviços, inclusive as decorrentes de convenções, acordos ou dissídios coletivos;
- 7.1.4.** Manter durante a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação, apresentando, mensalmente, cópia das guias de recolhimento das contribuições para o FGTS e o INSS relativas aos empregados utilizados na prestação do serviço, bem como da certidão negativa de débitos trabalhistas (CNDT);
- 7.1.5.** Cumprir as exigências de reserva de cargos prevista em lei, bem como em outras normas específicas, para pessoa com deficiência, para reabilitado da Previdência Social e para aprendiz;
- 7.1.6.** Observar durante a execução do contrato as normas técnicas aplicáveis à execução dos serviços, visando sua perfeita execução.
- 7.1.7.** Responsabilizar-se por todos os danos causados por seus funcionários à CONTRATANTE e/ou terceiros, decorrentes de culpa ou dolo, devidamente apurados mediante processo administrativo, quando da execução dos serviços;
- 7.1.8.** Reparar e/ou corrigir, às suas expensas, os serviços efetuados em que se verificar vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução do serviço contratado;
- 7.1.9.** Executar as obrigações assumidas no presente contrato por seus próprios meios, não sendo admitida a subcontratação não prevista



MUNICÍPIO DE ESMERALDA ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL

em edital e em contrato.

8. DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE

8.1. São obrigações da CONTRATANTE:

- 8.1.1. Efetuar o devido pagamento à CONTRATADA referente aos equipamentos entregues, nos termos do presente instrumento;
- 8.1.2. Dar à CONTRATADA as condições necessárias à regular execução do contrato;
- 8.1.3. Determinar as providências necessárias quando os produtos não estiverem sendo entregues na forma estipulada no edital e no presente contrato, sem prejuízo da aplicação das sanções pertinentes, quando for o caso;
- 8.1.4. Designar servidor pertencente ao quadro da CONTRATANTE, para ser responsável pelo acompanhamento e fiscalização da execução dos serviços objeto desse contrato.

9. DA SELEÇÃO DO FORNECEDOR

- 9.1. O fornecedor contratado será selecionado considerando a proposta de menor valor por lote que atenda as condições mínimas presentes no edital 03/2026 e seus anexos.

10. DO MODELO DE GESTÃO E FISCALIZAÇÃO DO CONTRATO

- 10.1. Para a contratação pretendida haverá necessidade de providências prévias no âmbito da Administração. Ademais, para que a pretendida contratação tenha sucesso, é preciso que outras etapas sejam concluídas, quais sejam:

- 10.1.1. Termo de Formalização de Demanda;
- 10.1.2. Realização da pesquisa de mercado, e composição da orçamentação;
- 10.1.3. Elaboração do Estudo Técnico Preliminar – ETP;
- 10.1.4. Elaboração do Instrumento Convocatório;
- 10.1.5. Encaminhamento do processo para análise jurídica;
- 10.1.6. Análise da manifestação jurídica e atendimento aos apontamentos constantes no parecer, mediante Nota Técnica com



MUNICÍPIO DE ESMERALDA

ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL

os ajustes indicados;

- 10.1.7.** Publicação e divulgação do Edital de Licitação;
 - 10.1.8.** Realização do certame e julgamento da licitação;
 - 10.1.9.** Homologação e Adjudicação do processo;
 - 10.1.10.** Assinatura e publicação do Contrato Administrativo.
- 10.2.** Como FISCAL da presente contratação fica indicado a Sra. Jossemara Serafin da Motta, tendo como seu suplente o Sra. Maria Beatriz Dal Olmo.

Esmeralda/RS, 04 de fevereiro de 2026

Jossemara Serafin da Motta
Secretaria Municipal do Trabalho, Renda e Desenvolvimento Social



MUNICÍPIO DE ESMERALDA ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL

ANEXO II - MODELO PROPOSTA DE PREÇO

RAZÃO SOCIAL:

NOME FANTASIA:

CNPJ:

ENDEREÇO:

TELEFONE:

VALIDADE DA PROPOSTA:

1. OBJETO DA CONTRATAÇÃO

1.1. A presente licitação tem por finalidade o REGISTRO DE PREÇOS para futura aquisição de cestas básicas para suprir as necessidades da Secretaria Municipal de Trabalho, Renda e Desenvolvimento Social de Esmeralda/RS, que obedecerá ao contido no termo de referência.

1.2. Segue, abaixo, proposta readequada com os valores finais e itens vencedores pela empresa:

Quadro 1 – Detalhamento do Lote

ITEM	DESCRIÇÃO	UNIDADE	QUANTIDADE	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL
1	Cesta básica contendo os itens mínimos descritos no quadro 2 do Termo de Referência.	Unidade	150		

Quadro 2 – Itens que compõe a cesta básica

Item	Discriminação do Produto	Un.	Qtde	Valor unit.	Valor total
01	Arroz tipo 1 – pacote 1 kg. Arroz beneficiado Tipo 1, classe longo fino (ou equivalente), polido, próprio para consumo humano, conforme padrão oficial de classificação e qualidade do MAPA. Características mínimas: grãos uniformes, com baixo teor de quebrados, sem odor rançoso, sem umidade excessiva, isento de impurezas e matérias estranhas. Embalagem/rotulagem: pacote plástico apropriado para alimento, lacrado, com identificação completa e lote.	kg	5		
02	Feijão – pacote 1 kg. Feijão para consumo humano, Tipo 1, classe/cor conforme demanda do órgão (ex.: carioca, preto etc.), dentro do padrão oficial de identidade e qualidade do MAPA. Características mínimas: grãos íntegros e uniformes; isento de mofo, fermentação, umidade anormal; livre de insetos e impurezas; sem cheiro estranho. Embalagem/rotulagem: embalagem apropriada para alimento, lacrada, com identificação, classe/cor, lote, validade e fabricante.	kg	3		
03	Leite em pó – mínimo 400 g. Leite em pó integral instantâneo, próprio para consumo humano, com preparação instantânea. Ingredientes típicos admitidos: leite integral em pó, podendo conter	Unidade	3		



MUNICÍPIO DE ESMERALDA

ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL

	emulsificante/estabilizante lecitina de soja (quando utilizado para instantaneidade). Características mínimas: pó solto, cor/odor característicos, sem grumos por umidade, sem matéria estranha. Embalagem/rotulagem: embalagem metalizada/plástica de barreira, lacrada, com lote/validade e alergênicos (ex.: "contém leite" e, se houver, soja).				
04	Azeite – frasco de 250ml. Azeite de oliva para consumo humano, preferencialmente extravirgem, 100% azeite de oliva, sem mistura com outros óleos vegetais; acidez conforme padrão do produto (quando extravirgem, usualmente $\leq 0,8\%$). Ingredientes: azeite de oliva (100%). Embalagem/rotulagem: frasco original (vidro ou PET alimentício), lacrado, com origem/importador quando aplicável, lote e validade.	Litro	2		
05	Café extraforte – pacote 500 g. Café torrado e moído, classificação extraforte, embalagem preferencialmente a vácuo, próprio para consumo humano, com padrão de qualidade e aroma característicos. Características mínimas: pó uniforme, sem umidade, sem adulterações, com torra/moagem compatíveis com "extraforte". Embalagem/rotulagem: pacote laminado, lacrado (vácuo quando previsto), com lote, validade e fabricante.	Unidade	1		
06	Açúcar – pacote 5 kg. Açúcar refinado branco ou cristal, para consumo humano. Características mínimas: produto seco, solto, sem umidade, sem empedramento anormal, sem sujidades. Embalagem/rotulagem: embalagem resistente, lacrada, com identificação completa.	Unidade	1		
07	Farinha de trigo especial – pacote 5 kg. Farinha de trigo especial, para panificação/uso geral, obtida de trigo moído, enriquecida com ferro e ácido fólico quando assim exigir o padrão vigente de comercialização no Brasil. Ingredientes: farinha de trigo (e micronutrientes quando aplicável). Características mínimas: cor/odor característicos, sem umidade, sem pragas, sem mofo. Embalagem/rotulagem: saco/pacote lacrado, com lote e validade, contendo indicação de alergênicos (glúten).	Unidade	1		
08	Farinha de milho. Farinha de milho para consumo humano (tipo biju/fubá/farinha flocada — definir no edital para evitar entrega de item diverso). Ingredientes: milho (100%); Características mínimas: sem umidade, sem ranço, sem sujidades/pragas. Embalagem/rotulagem: pacote lacrado, com identificação/lote/validade.	KG	1		
09	Margarina – pote 500 g. Margarina cremosa com sal, para uso alimentício, teor de lipídios conforme padrão comercial (ex.: "cremosa"), com composição típica de óleos/gorduras vegetais, água e sal, podendo conter derivados de leite, emulsificantes e conservadores permitidos. Ingredientes (típicos): óleos/gorduras vegetais (interesterificados/hidrogenados conforme marca), água, sal, emulsificantes (ex.: lecitina de soja), estabilizantes, conservadores permitidos, vitaminas quando adicionadas. Embalagem/rotulagem: pote com tampa, lacre de segurança, refrigerado quando aplicável, com lote e validade.	Unidade	1		
10	Sal – pacote 500 g. Sal refinado iodado (preferencial), próprio para consumo humano. Ingredientes: cloreto de sódio (sal) e iodo (quando iodado). Características mínimas: produto seco, solto, sem umidade/impurezas. Embalagem/rotulagem: pacote lacrado, com identificação e validade.	Unidade	1		
11	Massa com ovos – pacote 500 g. Massa alimentícia com ovos (tipo espaguete/parafuso/pene — definir no edital), seca, para consumo humano. Ingredientes (mínimos/típicos): farinha de trigo enriquecida (quando aplicável), ovos (ou ovo em pó), água, podendo conter corante natural (ex.: urucum) conforme marca; com indicação de alergênicos (glúten e ovos). Características mínimas: íntegra, sem quebradiço	Unidade	2		



MUNICÍPIO DE ESMERALDA

ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL

	excessivo, sem umidade, sem insetos. Embalagem/rotulagem: pacote lacrado, com lote/validade e modo de conservação.				
12	Achocolatado – pacote 400 g. Achocolatado em pó, instantâneo ou não, para preparo de bebida, com composição típica à base de açúcar e cacau em pó, podendo conter malto dextrina/amido, sal, vitaminas/minerais e emulsificante (ex.: lecitina de soja), conforme padrão comercial. Ingredientes (típicos): açúcar, cacau em pó, malto dextrina (ou amido), sal; podendo conter vitaminas/minerais; emulsificante lecitina de soja; aromatizantes permitidos. Embalagem/rotulagem: sachê/pacote lacrado, com lote/validade e alergênicos.	Unidade	1		
13	Papel higiênico branco – pacote com 4 rolos. Papel higiênico branco, rolo, folha dupla, produzido com 100% celulose, macio e resistente. Parâmetro comercial comum: rolos com 30 m e largura aproximada 10 cm. Características mínimas: sem cheiro forte, sem aspereza excessiva, bobinamento regular. Embalagem/rotulagem: pacote plástico lacrado, com identificação do fabricante, metragem e quantidade.	Unidades	1		
14	Bolachas – pacote 400g. Biscoito/bolacha para consumo humano, tipo definido (maisena, cream cracker ou água e sal). Ingredientes (típicos – variam conforme tipo): farinha de trigo enriquecida, açúcar (nos doces), gordura vegetal, amido, sal, fermentos químicos; aromatizantes permitidos; com declaração de alergênicos (glúten e possíveis traços). Características mínimas: crocância e integridade, sem ranço, sem umidade, sem mofo, sem embalagem violada. Embalagem/rotulagem: pacote lacrado, com lote e validade.	Unidades	2		
15	Sabão em barra – Barra de 200g. Sabão em barra para limpeza geral (lavagem de roupas/utensílios), com boa consistência, rendimento e poder de limpeza, sem rachaduras e sem odor excessivo. Composição (típica): sabão à base de óleos/gorduras saponificadas, podendo conter glicerina, sequestrantes e fragrância (conforme marca). Embalagem/rotulagem: unidade ou pacote lacrado, com composição, lote e validade (quando aplicável).	Unidades	2		
16	Sabonete – Barra de no mínimo 85g. Sabonete em barra para higiene pessoal, uso diário, fragrância suave, compatível com pele, com registro/regularidade sanitária e rotulagem completa. Ingredientes (típicos): base de sabonete, fragrância, umectantes e componentes cosméticos permitidos, com identificação de alergênicos quando aplicável. Embalagem/rotulagem: embalagem individual lacrada, com lote e validade.	Unidades	2		
17	Vinagre – frasco 750 ml. Vinagre de álcool (recomendável padronizar), para consumo humano, acidez conforme padrão comercial (ex.: 4,0%), com composição típica de fermentado acético de álcool e água, podendo conter conservante permitido (INS 224), conforme rotulagem do fabricante. Ingredientes (típicos): fermentado acético de álcool, água e conservante INS 224 (quando utilizado); “não contém glúten” quando aplicável. Embalagem/rotulagem: frasco lacrado (vidro ou PET alimentício), com lote, validade e acidez indicada.	Unidades	1		

Condições gerais a serem observadas pelo licitante em todos os itens:

- Produtos novos, de 1^a qualidade, isentos de sujidades, parasitas, larvas, mofo, umidade anormal e odores estranhos;
- Embalagem original de fábrica, íntegra, devidamente lacrada, com rotulagem em português, contendo: marca, lote, data de fabricação,



MUNICÍPIO DE ESMERALDA ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL

validade, peso/volume, composição/ingredientes, alergênicos quando aplicável e identificação do fabricante/importador; e

- c. Validade mínima na entrega: No mínimo, 6 meses para secos; quando o produto tiver validade menor, aceitar a validade compatível com o padrão do fabricante.

Local, data...

Carimbo da Empresa



MUNICÍPIO DE ESMERALDA ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL

ANEXO III - MINUTA DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

Aos do mês de do ano de....., compareceram, de um lado a(o) MUNICÍPIO DE ESMERALDA, Estado do Rio Grande do Sul, pessoa jurídica de Direito Público, inscrita no CNPJ sob o nº. 01.615.314/0001-61, com sede administrativa localizada na Av. Pedro Zamban nº 1000, Centro, CEP nº. 95200.236, nesta cidade, representada pelo Prefeito Municipal, Ailton de Sá Rosa, inscrito no CPF sob o nº. XXX.XXX.XXX-XX, doravante denominada ADMINISTRAÇÃO, e as empresas abaixo qualificadas, doravante denominadas DETENTORAS DE ATA, que firmam a presente ATA DE REGISTRO DE PREÇOS de acordo com o resultado do julgamento da licitação na modalidade PREGÃO ELETRÔNICO, nº. XXXXX, Processo Licitatório XXXXX, que selecionou a proposta mais vantajosa para a Administração Pública, objetivando o(a) aquisição de XXXX. Em Conformidade com as especificações constantes no Edital.

Abaixo segue os licitantes que participaram da licitação e que tiveram itens vencedores:

Código	Nome da Empresa	Itens

As empresas DETENTORAS DA ATA dos itens, resolvem firmar a presente ATA DE REGISTRO DE PREÇOS de acordo com o resultado da licitação decorrente do processo e licitação acima especificados, regido pela Lei Federal nº. 14.133/2023, e pelas condições do Edital, termos da proposta, mediante as cláusulas e condições a seguir estabelecidas.

Empresas	CNPJ/CPF	Nome do representante	CPF

CLÁSULA PRIMEIRA – DO OBJETO

O presente termo tem por objetivo e finalidade de constituir o sistema de Registro de Preços para a seleção da proposta mais vantajosa para a Administração Pública, objetivando: XXXXXXXXXXXX, tudo em conformidade com as especificações constantes no Edital, nas condições definidas no ato



MUNICÍPIO DE ESMERALDA

ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL

convocatório, seus anexos, propostas de preços e demais documentos e Atas do Processo e Licitação acima descritos, os quais integram este instrumento independente de transcrição, pelo prazo de validade do presente, Registro de Preços.

A existência de preços registrados não obriga a Administração Pública a firmar contratações com os respectivo fornecedores ou a contratar a totalidade dos bens registrados, sendo-lhe facultada a utilização de outros meios permitidos pela legislação relativa às licitações, sem cabimento de recurso, sendo assegurado ao beneficiário do registro de preços a preferência em igualdade de condições.

CLÁUSULA SEGUNDA – DO PREÇO

2.1 O preço unitário para o fornecimento do objeto de registro será o de menor preço por item inscrito na Ata do Processo e Licitação descritos acima e de acordo com a ordem de classificação das respectivas propostas que integram este instrumento, independente de transcrição, pelo prazo de validade do registro, conforme segue:

Fornecedor: [REDACTED]

Item	Quant.	Descrição do bem	Valor Unit	Valor Total

Com relação ao preço proposto, este permanecerá fixo e irreajustável até o término do contrato.

Na hipótese de alteração de preços de mercado, para mais ou para menos devidamente comprovadas, estes poderão ser revistos, visando ao restabelecimento da relação inicialmente pactuada.

Para efeitos de revisão de preços ou do pedido de cancelamento do registro de que trata a cláusula sexta, a comprovação deverá ser feita por meio de documentação comprobatória da elevação dos preços inicialmente compactuados, mediante juntada da planilha de custos, lista de preços de fabricantes, notas fiscais de aquisição, de transporte, encargos e outros, alusivos à data da apresentação da proposta e do momento de pleito, sob pena de indeferimento do pedido.

A revisão será precedida de pesquisa prévia no mercado, banco de dados, índices ou tabelas oficiais e outros meios disponíveis para levantamento das condições de mercado, envolvendo todos os elementos materiais para fins de



MUNICÍPIO DE ESMERALDA ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL

fixação de preço máximo a ser pago pela administração.

O órgão gerenciador deverá decidir sobre a revisão dos preços no prazo máximo de 07 (sete) dias úteis, salvo por motivo de força maior, devidamente justificado no processo.

No reconhecimento do desequilíbrio econômico-financeiro do preço inicialmente estabelecido, o órgão gerenciador, se julgar conveniente, poderá optar pelo cancelamento do preço, liberando os fornecedores do compromisso assumido, sem aplicação de penalidades ou determinar a negociação.

Na concorrência do preço registrado torna-se superior ao preço praticado no mercado, caberá ao órgão gerenciador da Ata promover as necessárias negociações junto aos fornecedores, mediante as providências seguintes:

convocar o fornecedor primeiro classificado, visando estabelecer a negociação para redução de preços originalmente registrados e sua adequação ao praticado no mercado;

frustrada a negociação, o fornecedor será liberado do compromisso assumido; e convocar os demais fornecedores registrados, na ordem de classificação, visando igual oportunidade de negociação.

Quando o preço registrado se tornar inferior aos preços praticados no mercado e o fornecedor não puder cumprir o compromisso inicialmente assumido poderá mediante requerimento devidamente instruído, pedir a revisão dos preços ou o cancelamento do preço registrado, caso em que o órgão gerenciador poderá:

estabelecer negociação com os classificados visando à manutenção dos preços inicialmente registrados;

permitir a apresentação de novos preços, observando o limite máximo estabelecido pela administração, quando da impossibilidade de manutenção do preço na forma referida na alínea anterior, observadas as seguintes condições:

as propostas com os novos valores deverão constar de envelope lacrado, as ser entregue em data, local, e horário, previamente, designados pelo órgão gerenciador;

o novo preço ofertado deverá manter equivalência entre o preço originalmente constante da proposta e o preço de mercado vigente à época da licitação, sendo registrado o de menor valor.

A fixação do novo preço pactuado deverá ser consignada em apostila à Ata de Registro de Preços, com as justificativas cabíveis, observada a anuência das



MUNICÍPIO DE ESMERALDA ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL

partes.

Não havendo êxito nas negociações, de que trata este subitem e anterior estes serão formalmente desonerados do compromisso de fornecimento em relação ao item ou lote pelo órgão gerenciador, com consequente cancelamento dos seus preços registrados, sem aplicação das penalidades.

CLÁUSULA TERCEIRA – DO PRAZO DE VALIDADE DO REGISTRO DE PREÇOS

O prazo de validade da Ata de Registro de Preços será de 12 (doze) meses a contar da assinatura da ata, podendo ser prorrogado a critério do órgão gestor.

Os preços decorrentes do Sistema de Registro de Preços terão sua vigência conforme as disposições contidas nos instrumentos convocatórios e respectivo contratos.

É admitida a prorrogação da vigência da Ata, nos termos do art. 84, da Lei nº. 14.133/2021, quando a proposta continuar se mostrando mais vantajosa, satisfeitos os demais requisitos deste Edital.

CLÁUSULA QUARTA – DOS USUÁRIOS DO REGISTRO DE PREÇO

A Ata de Registro de Preço será utilizada pelos órgãos ou entidades a Administração Municipal relacionadas no objeto deste Edital.

As Secretarias participantes da Ata de Registro de Preços deverão apresentar suas solicitações de aquisição ou contratação ao órgão gerenciador, que formalizará Autorização de Fornecimento que será remetida novamente ao órgão ou entidade participante que formalizará contrato ou emitirá nota de empenho de despesa outro instrumento equivalente, e procederá diretamente a solicitação com o fornecedor, com os preços registrados, obedecida a ordem de classificação.

Os quantitativos dos documentos de solicitação de fornecimento serão sempre fixos e os preços a serem pagos serão aqueles registrados em ata.

Aplicam-se aos contratos de fornecimento as disposições pertinentes da Lei Federal n.º 14.133/2021, suas alterações posteriores e demais normas cabíveis.

As secretarias participantes da Ata de Registro de Preços manterão o órgão gerenciador informado a respeito dos processos de aquisições por meio de



MUNICÍPIO DE ESMERALDA ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL

registro de preços, devendo encaminhar cópia dos comprovantes das aquisições, para a anexação ao respectivo processo de registro.

A Ata de Registro de Preços, durante sua vigência, poderá ser utilizada por qualquer Município que não tenha participado do certame licitatório, sendo que será denominado "município não-participante ou carona".

CLÁUSULA QUINTA - DOS DIREITOS E OBRIGAÇÕES DAS PARTES

Compete ao Órgão Gestor:

A Administração e os atos de controle da Ata de Registro de Preços decorrente da presente licitação serão do Núcleo de Compras e Licitação, denominado como órgão gerenciador do Sistema de Registro de Preços.

O Órgão gerenciador acompanhará, periodicamente, os preços praticados no mercado para os materiais registrados, para fins de controle e fixado do valor máximo a ser pago pela Administração.

O órgão gerenciador sempre que os órgãos e entidades usuários da ata de registro de preços necessitarem da entrega dos materiais, indicará os fornecedores e seus respectivo saldos, visando subsidiar os pedidos de materiais, respeitada a ordem de registro e os quantitativos a serem fornecidos.

Optar pela contratação ou não dos bens ou serviços decorrentes do Sistema Registro de Preços ou das quantidades estimadas, ficando-lhe facultada a utilização de outros meios para aquisição de item, respeitada a legislação relativa às licitações, sendo assegurado ao beneficiário do Registro de Preços preferência em igualdade de condições, sem que caiba recurso ou indenização;

Dilatar o prazo de vigência do registro de preços "de ofício" através de apostilam-no, com a publicação na imprensa oficial do município, observado o prazo legalmente permitido, quando os preços se apresentarem mais vantajosos para a Administração e/ou existirem demandas para atendimento dos órgãos usuários.

Decidir sobre a revisão ou cancelamento dos preços registrados no prazo máximo de 10 (dez) dias úteis, salvo motivo de força maior devidamente justificado no processo;

Emitir a autorização de compra;

Dar preferência de contratação com o detentor do registro de preços ou conceder igualdade de condições, no caso de contratações por outros meios



MUNICÍPIO DE ESMERALDA

ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL

permitidos pela legislação;

Compete ao Município:

Proporcionar ao detentor da ata todas as condições para o cumprimento de suas obrigações e entrega dos materiais dentro das normas estabelecidas no edital;

Proceder à fiscalização da contratação, mediante controle do cumprimento de todas as obrigações relativas ao fornecimento, inclusive encaminhando ao órgão gerenciador qualquer irregularidade verificada;

5.2.3. Rejeitar, no todo ou em parte, os produtos entregues em desacordo com as obrigações assumidas pelo detentor da ata.

5.3. Compete ao Compromitente Detentor da Ata.

5.3.1. Entregar os produtos nas condições estabelecidas no edital e seus anexos e atender todos os pedidos de contratação durante o período de duração do registro de Preços, independente da quantidade do pedido ou de valor mínimo, de acordo com a sua capacidade de fornecimento fixada na proposta de preço de sua titularidade, observando as quantidades, prazos e locais estabelecidos pelo Município Usuário da Ata de Registro de Preços;

5.3.2. Aceitar nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários até 25% (vinte e cinco por cento), por força do tratado no Art. 125 da Lei 14.133/2021, sob pena das sanções cabíveis e facultativas nas demais situações,

5.3.3. Manter, durante a vigência do registro de preços, a compatibilidade de todas as obrigações assumidas e as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação;

5.3.4 Substituir os produtos recusados pelo município usuário, sem qualquer ônus para a Administração, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas, independentemente da aplicação das penalidades cabíveis;

Ter revisado ou cancelado o registro de seus preços, quando presentes os pressupostos previstos na cláusula segunda desta Ata;

Atender a demanda dos órgãos ou entidade usuários, durante a fase da negociação de revisão de preços de que trata a cláusula segunda desta Ata, com os preços inicialmente registrados, garantida a compensação dos valores dos produtos já entregues, caso do reconhecimento pela Administração do rompimento do equilíbrio econômico-financeiro originalmente estipulado;



MUNICÍPIO DE ESMERALDA

ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL

Vincular-se ao preço máximo (novo preço) definido pela Administração, resultante do ato de revisão;

Ter direito de preferência ou igualdade de condições, caso a Administração optar pela contratação dos bens ou serviços objeto de registro por outros meios facultados na legislação relativa às licitações.

Responsabilizar-se pelos danos causados diretamente à Administração ou a terceiros, decorrentes de sua culpa ou dolo até a entrega do objeto de registro de preços.

Receber os pagamentos respectivo nas condições pactuadas no edital e na cláusula oitava desta Ata de Registro de Preços.

CLÁUSULA SEXTA - DO CANCELAMENTO DOS PREÇOS REGISTRADOS

A Ata de Registro de Preços será cancelada, automaticamente, por decurso de prazo de vigência ou quando não restarem fornecedores registrados e por iniciativa do órgão gerenciador da Ata de Registro de Preços nas seguintes hipóteses.

Pela ADMINISTRAÇÃO, quando:

o detentor da ata descumprir as condições da Ata de Registro de Preços a que estiver vinculado;

o detentor não retirar nota de empenho ou instrumento equivalente no prazo estabelecido, sem justificativa aceitável;

em qualquer hipótese de inexecução total ou parcial do contrato de fornecimento;

não aceitar reduzir o seu preço registrado, na hipótese de esta apresentar superior ao praticado no mercado;

estiver impedido para licitar ou contratar temporariamente com a administração ou for declarado inidôneo para licitar ou contratar com a administração pública, por razões de interesse público devidamente fundamentadas.

Pela DETENTORA da ata quando, mediante solicitação por escrito, comprovar estar impossibilitada de executar o contrato de acordo com a ata de registro de preços, decorrente de caso fortuito ou de força maior.

Nas hipóteses previstas no subitem 6.1., a comunicação do cancelamento de preço registrado será publicada na imprensa oficial juntando-se o comprovante



MUNICÍPIO DE ESMERALDA ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL

ao expediente que deu origem ao registro.

O cancelamento do registro, assegurados o contraditório e a ampla defesa, será formalizado por despacho da autoridade competente.

A solicitação da detentora da ata para cancelamento do registro do preço deverá ser protocolada no protocolo geral da ADMINISTRAÇÃO, facultada a esta a aplicação das sanções administrativas previstas no edital, se não aceitar as razões do pedido, sendo assegurado ao fornecedor o contraditório e a ampla defesa,

Cancelada a ata em relação a uma detentora, o Órgão Gerenciador poderá emitir ordem de fornecimento àquela com classificação imediatamente subsequente.

CLÁUSULA SETIMA - DO FORNECIMENTO, LOCAL E PRAZO DE ENTREGA

A Ata de Registro de Preços será utilizada para aquisição do respectivo objeto, pelo município de Esmeralda.

Cada fornecimento deverá ser efetuado mediante solicitação por escrito, formalizado pelo órgão ou entidade participante ao órgão gerenciador, dela devendo constar: a data, o valor unitário do fornecimento, a quantidade pretendida, o local para a entrega, o prazo, o carimbo e a assinatura do responsável.

O município formalizará por intermédio de instrumento contratual ou autorização de compra ou outro instrumento equivalente, juntamente com a respectiva nota de empenho, contendo o número de referência da Ata de Registro de Preços e procederá diretamente a solicitação com o fornecedor, com os preços registrados, obedecida a ordem de classificação.

Caso a fornecedora classificada não puder fornecer os produtos solicitados, ou o quantitativo total requisitado ou parte dele, deverá comunicar o fato ao Departamento de Compras — órgão gerenciador, por escrito, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas, a contar do recebimento da Ordem de Fornecimento.

A (s) fornecedora(s) classificada(s) ficará(ão) obrigada(s) a atender as ordens de fornecimento efetuadas dentro do prazo de validade do registro, mesmo se a entrega dos materiais ocorrer em data posterior ao seu vencimento.

O local de entrega dos insumos alimentícios será na Secretaria Municipal de Educação ou no Almoxarifado Central da Prefeitura, a depender da emissão da



MUNICÍPIO DE ESMERALDA ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL

solicitação de fornecimento.

O prazo de entrega será diário no horário das 07hs00min as 22hs00min de segunda-feira a domingo.

Serão aplicadas as sanções previstas na Lei Federal n.º 14.133/2021 e suas alterações posteriores, além das determinações deste edital, se a detentora da ata não atender as ordens de fornecimento.

A segunda fornecedora classificada só poderá fornecer à Administração, quando estiver esgotada a capacidade de fornecimento da primeira, e assim sucessivamente, de acordo com o consumo anual previsto para cada item da licitação.

A Detentora da Ata obriga-se a fornecer os insumos alimentícios, descritos na presente Ata, novos e de primeiro uso, em conformidade com as especificações descritas na proposta de Preços, sendo de sua inteira responsabilidade a substituição, caso não esteja em conformidade com as referidas especificações

Serão recusados os materiais imprestáveis ou defeituosos, que não atendam as especificações constantes no edital e/ou que não estejam adequados para o uso.

Os materiais deverão ser entregues embalados de forma a não serem danificados durante as operações de transporte e descarga no local da entrega

Independente de aceitação, a contratada garantirá a qualidade e segurança dos alimentos licitados contra defeitos de fabricação, pelo prazo mínimo de 06 (seis) meses a partir da data da entrega, conforme manual da fabricante, salvo o uso indevido, acidente e desgaste natural.

Todas as despesas relativas aos impostos, taxas e demais despesas decorrentes da presente Ata, correrão por conta exclusiva da contratada.

CLÁUSULA OITAVA - DO PAGAMENTO

O pagamento, decorrente do fornecimento do objeto desta licitação, será efetuado mediante crédito em conta bancária, em até 30 (trinta) dias, contados do recebimento definitivo dos alimentos, após a apresentação da respectiva Nota Fiscal, devidamente atestada pelo setor competente.

Os pagamentos somente serão efetuados após a comprovação, pela (s) fornecedora (s), de que se encontra regular com suas obrigações para com o



MUNICÍPIO DE ESMERALDA ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL

sistema de seguridade social, mediante a apresentação das Certidões Negativas de Débito com o INSS e com o FGTS.

Ocorrendo erro no documento da cobrança, este será devolvido e o pagamento será sustado para que o fornecedor torne as medidas necessárias, passando o prazo para o pagamento a ser contado a partir da data da reapresentação do mesmo.

Caso se constate erro ou irregularidade na Nota Fiscal, o município, a seu critério, poderá devolvê-la, para as devidas correções.

Na hipótese de devolução, a Nota Fiscal será considerada como não apresentada, para fins de atendimento das condições contratuais.

Na pendência de liquidação da obrigação financeira em virtude de penalidade ou inadimplência contratual o valor será descontado da fatura ou créditos existentes em favor da fornecedora.

A Administração efetuará retenção na fonte dos tributos sobre todos os pagamentos devidos à fornecedora classificada.

CLÁUSULA NONA – DO REAJUSTE DE PREÇOS

O preço, oferecido na proposta vencedora será fixo e irreajustável durante toda a vigência contratual.

O beneficiário do registro de preços, em função da dinâmica do mercado, poderá solicitar o EQUILÍBIO ECONÔMICO dos preços vigentes através de solicitação formal, desde que acompanhado de documentos que comprovem a procedência do pedido. Até a decisão final da Administração Municipal, a qual deverá ser prolatada em até 15 (dias) dias a contar da entrega completa da documentação comprobatória, o fornecimento do objeto solicitado pela Administração ao Contratado, deverá ocorrer normalmente, pelo preço registrado em vigor.

A atualização não poderá ultrapassar o preço praticado no mercado e deverá manter a diferença percentual apurada entre o preço originalmente constante da proposta e o preço de mercado vigente à época.

A contratada poderá, na vigência do Registro de Preços, solicitar a redução dos preços registrados, garantida a prévia defesa do beneficiário do Registro, e de conformidade com os parâmetros de pesquisa de mercado realizada ou quando alterações conjunturais provocarem a redução dos preços praticados no mercado nacional e/ou internacional, sendo que o novo preço será válido a



MUNICÍPIO DE ESMERALDA ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL

partir da formalização/atualização da Ata de Registro de Preços.

CLÁUSULA DÉCIMA - DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

As despesas decorrentes da contratação dos objetos da presente Ata de Registro de Preços correrão a cargo do Município Usuário da Ata, cujos Programas de Trabalho e Elementos de Despesas constarão nas respectivas notas de empenho, contrato ou documento equivalente observadas as condições estabelecidas no edital.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - DAS PENALIDADES E DAS MULTAS

O licitante ou o contratado será responsabilizado administrativamente pelas seguintes infrações:

- dar causa à inexecução parcial do contrato;
- dar causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração, ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;
- dar causa à inexecução total do contrato;
- deixar de entregar a documentação exigida para o certame;
- não manter a proposta, salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado;
- não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;
- ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da licitação sem motivo justificado;
- apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a licitação ou a execução do contrato;
- fraudar a licitação ou praticar ato fraudulento na execução do contrato;
- comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;

- praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação;



MUNICÍPIO DE ESMERALDA

ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL

praticar ato lesivo previsto no [art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.](#)

Serão aplicadas ao responsável pelas infrações administrativas previstas no item 11.1 deste edital as seguintes sanções:

advertência;

multa de no mínimo 0,5% (cinco décimos por cento) e máximo de 30% (trinta por cento) do valor do objeto licitado ou contratado;

impedimento de licitar e contratar, no âmbito da Administração Pública direta e indireta do órgão licitante, pelo prazo máximo de 3 (três) anos.

declaração de inidoneidade para licitar ou contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta de todos os entes federativos, pelo prazo mínimo de 3 (três) anos e máximo de 6 (seis) anos.

11.3 As sanções previstas nas alíneas “a”, “c” e “d” do item 11.2. da presente ata poderão ser aplicadas cumulativamente com a prevista na alínea “b” do mesmo item.

A aplicação de multa de mora não impedirá que a Administração a converta em compensatória e promova a extinção unilateral do contrato com a aplicação cumulada de outras sanções.

Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor de pagamento eventualmente devido pela Administração ao contratado, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada ou será cobrada judicialmente.

A aplicação das sanções previstas no item 11.2. desta ata não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado à Administração Pública.

Na hipótese de deferimento de pedido de produção de novas provas ou de juntada de provas julgadas indispensáveis pela comissão, o licitante ou o contratado poderá apresentar alegações finais no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data da intimação.

Serão indeferidas pela comissão, mediante decisão fundamentada, provas ilícitas, impertinentes, desnecessárias, protelatórias ou intempestivas.

A personalidade jurídica poderá ser desconsiderada sempre que utilizada com abuso do direito para facilitar, encobrir ou dissimular a prática dos atos ilícitos previstos nesta Lei ou para provocar confusão patrimonial, e, nesse caso, todos os efeitos das sanções aplicadas à pessoa jurídica serão estendidos aos seus



MUNICÍPIO DE ESMERALDA ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL

administradores e sócios com poderes de administração, a pessoa jurídica sucessora ou a empresa do mesmo ramo com relação de coligação ou controle, de fato ou de direito, com o sancionado, observados, em todos os casos, o contraditório, a ampla defesa e a obrigatoriedade de análise jurídica prévia.

É admitida a reabilitação do licitante ou contratado perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, exigidos, cumulativamente:

reparação integral do dano causado à Administração Pública;

pagamento da multa;

transcurso do prazo mínimo de 1 (um) ano da aplicação da penalidade, no caso de impedimento de licitar e contratar, ou de 3 (três) anos da aplicação da penalidade, no caso de declaração de inidoneidade;

cumprimento das condições de reabilitação definidas no ato punitivo;

análise jurídica prévia, com posicionamento conclusivo quanto ao cumprimento dos requisitos definidos neste artigo.

A sanção pelas infrações previstas nas alíneas “h” e “m” do item 11.2 da presente Ata exigirá, como condição de reabilitação do licitante ou contratado, a implantação ou aperfeiçoamento de programa de integridade pelo responsável.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - DA EFICÁCIA

O presente Termo de Registro de Preços somente terá eficácia após a publicação do respectivo extrato no mural da Prefeitura Municipal de Esmeralda

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA - DO FORO

Fica eleito o Foro da Comarca de Vacaria para dirimir quaisquer dúvidas ou questões oriundas do presente instrumento.

E, por estarem as partes justas e compromissadas, assinam o presente Termo em duas vias, de igual teor, na presença das testemunhas abaixo assinadas.



MUNICÍPIO DE ESMERALDA

ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL

Esmeralda, XX de XXXXX de 2025.

Prefeito Municipal

Empresas Participantes:



MUNICÍPIO DE ESMERALDA ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL

ANEXO IV – RELATÓRIO DE FISCALIZAÇÃO CONTRATUAL

MUNICÍPIO DE ESMERALDA

RELATÓRIO DE FISCALIZAÇÃO DE CONTRATO ADMINISTRATIVO OU ATA DE REGISTRO DE PREÇOS.

DADOS DO CONTRATO E DO CONTRATADO(A)

CONTRATO ADMINISTRATIVO/ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº /2024

Objeto:

Vigência:

Ordem de Serviço/Fornecimento nº:

Data de Início da execução ou fornecimento:

Contratado(a):

CNPJ:

Insc. Estadual

Resp. Legal.:

DADOS DO FISCAL DESIGNADO

Nome:

Cargo:

Lotação:

Ato de designação:

A partir de:

DADOS DA FISCALIZAÇÃO

Período fiscalizado: de ____/____/20 a ____/____/20.

LISTA DE VERIFICAÇÕES

CNPJ Nº 88225149/0001-10

Av. São João, 1391, Centro, CEP 95.380-000 – Esmeralda/RS
Fone: (54) 3252-0830 / E-mail: administração@esmeraldars.net



MUNICÍPIO DE ESMERALDA ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL

	CUMPRIU	
OCORRÊNCIAS	SIM	NÃO
1. Cumpriu as obrigações contratuais mensais		
2. Obedeceu aos prazos estabelecidos		
3. Entregou documentos a que estava obrigado		
4. Prestou serviço ou forneceu o bem com a qualidade esperada		
5. Os serviços ou fornecimentos entregues tinham as características solicitada. (marca/modelo/quantidade/embalagem)		
5. Informou ou comunicou situações a que estava obrigado		
6. Realizou diligências necessárias		
Observações sobre as ocorrências		
NECESSIDADE DE NOTIFICAÇÃO EXTRAJUDICIAL		
Necessidade de Notificação Extrajudicial? <input type="checkbox"/> SIM ou <input type="checkbox"/> NÃO		
Observações quanto a notificação:		
NECESSIDADE DE ABERTURA DE PROCEDIMENTO DE PENALIZAÇÃO		
() Não <input type="checkbox"/> Sim <input type="checkbox"/> Não se aplica – Motivação:		
Resultado alcançado:		
SUSPENSÃO DO CONTRATO OU PARALISAÇÃO DOS SERVIÇOS		



MUNICÍPIO DE ESMERALDA ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL

Suspensão Paralisação Não se aplica – Motivação:

Fundamento legal e contratual: _____

Data da ocorrência: ___/___/___ Retomada: ___/___/___

NECESSIDADE DE RESCISÃO

Amigável Unilateral Judicial Não se aplica –

Motivação:

Fundamento legal e contratual:

Resultado alcançado:

NECESSIDADE DE ALTERAÇÕES CONTRATUAIS

Acréscimos quantitativos Supressões Não se aplica

Descrição:

Percentual em relação ao valor do contrato: ___ %

Fundamento de fato e de direito:

Aditamento nº _____

Data da alteração: ___/___/___

Publicação do extrato do aditamento: ___/___/___

NECESSIDADE REAJUSTE OU CORREÇÃO DOS VALORES

CNPJ Nº 88225149/0001-10

Av. São João, 1391, Centro, CEP 95.380-000 – Esmeralda/RS
Fone: (54) 3252-0830 / E-mail: administração@esmeraldars.net



MUNICÍPIO DE ESMERALDA ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL

(Reajuste Correção Não se aplica –

Motivação:

Aditamento/Apostilamento nº

Data da alteração: ___/___/___